

Disciplina:	Direito e Legislação do Trabalho II
Semestre:	8º
Núcleo de Formação:	Profissional
Créditos:	4cd
Carga Horária:	60h

**EMENTA:**

A disciplina dá continuidade ao estudo iniciado na disciplina anterior, abordando o Direito Coletivo do Trabalho, solução e formas alternativas de controvérsias, o direito internacional do trabalho (OIT e MERCOSUL, bem como a matéria referente ao processo do trabalho. Propõe-se, ainda, o estudo da organização e competência da Justiça do Trabalho, dos dissídios individuais e coletivos, e dos procedimentos especiais.

**OBJETIVOS DA DISCIPLINA:**

- Interpretar a Consolidação das Leis do Trabalho e Leis Esparsas referentes à relação de trabalho e ao Direito Coletivo do Trabalho.
- Avaliar as peculiaridades do Direito do Trabalho, dentro das regras próprias.
- Capacitar o aluno para promover a elaboração, interpretação, execução e defesa de contratos especiais de trabalho, em situações concretas e hipotéticas.
- Comparar a legislação brasileira e o direito do trabalho, diante do MERCOSUL e dos Organismos Internacionais.
- Analisar aspectos relativos ao Direito Processual do Trabalho.

**PRÉ-REQUISITOS**

É necessário que o acadêmico possua conhecimentos gerais sobre a sociedade e domínio da língua portuguesa.

**COMPETÊNCIAS A SEREM ATINGIDAS PELO DISCENTE**

Ao final da disciplina o discente deverá estar apto a:

- Aplicar no ambiente profissional os conhecimentos adquiridos em aula.
- Posicionar-se criticamente quanto aos conteúdos vistos

- Posicionar-se coerentemente sobre o tema, através de textos ou oralmente.

## **CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

- Contratos Coletivos de Trabalho.
- Solução e Formas Alternativas de Controvérsias.
  - Negociação Coletiva.
  - Conflitos: Conceito e classificação.
  - Arbitragem e Mediação.
  - Dissídios coletivos: Espécies, competência e procedimento
- Direito de Greve.
- Direito Internacional do trabalho e a OIT.
- O MERCOSUL.
- Perspectiva do direito do trabalho brasileiro e internacional.
- Direito Processual do Trabalho.
  - Organização e competência da Justiça do Trabalho.
  - Dissídios Individuais.
  - Forma e ajuizamento da reclamação.
  - Defesa direta e indireta.
  - A prova no processo do trabalho.
    - Ônus da prova.
    - Meios de prova.
    - A confissão.
    - Indícios e presunções.
    - Prova emprestada.
    - Nulidades.
  - A sentença.
  - Recursos.
  - Execução trabalhista.
  - Procedimentos especiais:
    - Ação Rescisória.
    - Inquérito para apuração de falta grave.
    - Mandado de Segurança.
    - Ação de consignação em pagamento.
    - Medidas cautelares.
    - Tutela antecipada.
    - Ação de cumprimento.

## **METODOLOGIAS DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO**

A metodologia utilizada pelo docente deve articular métodos ativos de ensino e uma prática de avaliação que possibilite o diagnóstico de dificuldades e limitações a

serem superadas, considerando as competências a serem constituídas e identificando as mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Para tanto, o docente pode dispor de: aulas expositivas e dialogadas; trabalhos em grupo e preparação de seminários; exame de peças jurídicas; provas dissertativas e objetivas, fichas de leitura, trabalhos de pesquisa, debates, seminários e arguições orais.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Básica:

FALCÃO, Ismael Marinho. Teoria e prática do direito processual trabalhista. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do trabalho. 21.ed.. São Paulo: Saraiva, 2002.

### Bibliografia Suplementar:

BERGER, Victor Augusto. Fundamentos e conseqüências da flexibilidade das normas do trabalho. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: Legislação complementar e jurisprudência. 12.ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 21.ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

SEGAL, Marcelo. Manual de direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2001. 139 p.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Instituições de direito do trabalho. 22.ed.. São Paulo: LTr, 2005.